

## **MINERAÇÃO NA CAPITAL MINEIRA DO ECOTURISMO: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO PROJETO MINAS-RIO**

**Luzia Costa Becker\*, Denise Castro Pereira\*\*, Josianne Cláudia Rosa\*\*\***

\*IUPERJ, \*\*PUC Minas, \*\*\*Graduada em Ciências Biológicas

E-mails: [luzccosta@yahoo.com.br](mailto:luzccosta@yahoo.com.br), [dpereira@pucminas.br](mailto:dpereira@pucminas.br), [josianeclaudia@hotmail.com](mailto:josianeclaudia@hotmail.com)

A capital mineira do ecoturismo, Conceição do Mato Dentro (CMD), apresenta parte do seu território destinado à proteção do meio ambiente, por meio de categorias como reservas biológicas, áreas proteção ambiental e parques e se localiza em região de alta prioridade para conservação ambiental, conforme do ZEE de Minas Gerais informa. Esse território, entretanto, vem sendo submetido à atividade extrativista minerária, o que coloca em risco a biodiversidade e a sua vocação turística. Esse município apresentava-se como cenário ideal para o desenvolvimento do ecoturismo, entendido como aquele que concilia a exploração turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza. O município de CMD integra a Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço, dado o seu rico patrimônio natural e histórico-cultural e desde o ano de 2003, passou a reconhecer o ecoturismo como vetor de desenvolvimento local. Não obstante, a implantação do projeto mineral Minas-Rio, composto por mina, mineroduto e porto, desde o ano de 2006, por seus vários impactos socioambientais, tem provocado intensa discussão no que se refere ao processo de mudança do eixo de desenvolvimento do município, devido a transformação da sociobiodiversidade do território. Considerando tal problemática, o objetivo deste trabalho é refletir sobre os problemas resultantes da troca do eixo de desenvolvimento do município, a partir da contradição entre a conservação dos recursos naturais do território e a atividade extrativista que se instala no mesmo. Para tanto, após traçar a trajetória da política de turismo em CMD e da política minerária do estado mineiro, com destaque para a normativa do licenciamento ambiental como mecanismo de negociação e minimização dos impactos de projetos de alto impacto socioambiental, analisam-se as decisões tomadas pelo órgão ambiental do estado que entram em choque com as políticas conservacionistas locais, destacando as interpretações de membros da comunidade em seu processo de resistência à imposição do empreendimento. Este trabalho resulta da pesquisa realizada no âmbito do Laboratório de Cenários Socioambientais em municípios com mineração vinculado a Pró-reitoria de Extensão da PUC Minas, integrado ao Projeto Grandes Minas APLs e Comunidades, coordenado pelo Centro de Tecnologia Mineral. Como recursos metodológicos realizaram-se entrevistas com os atingidos pelo empreendimento, com representantes da sociedade civil organizada; a análise documental oriunda do licenciamento ambiental; a observação das reuniões do órgão ambiental; e um questionário aplicado 1,7% da população urbana de CMD. A análise dos conflitos gerados no processo de licenciamento ambiental da mina Sapo-Ferrugem em CMD evidencia os desafios que a mineração está impondo ao território para garantir a preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos sem os quais os municíipes não poderão garantir e preservar o modo de vida tradicional e sem os quais o ecoturismo não poderá se efetivar como principal eixo de desenvolvimento do território. Ao fim da pesquisa percebe-se que o crescimento econômico pretendido com a mineração tende a promover a desigualdade social, a queda da qualidade de vida da população local, bem como a degradação dos recursos naturais essenciais a vida, como a água e a diversidade de fauna e flora.

**Palavras-chave:** Conceição do Mato Dentro; Licenciamento Ambiental; Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço.